

Há um pensamento (teoria) social e político latino-americano e caribenho?

Marina Bolfarine Caixeta¹

Publicado pela editora da UnB e escrito por Simone Rodrigues Pinto, professora da Universidade de Brasília, o livro intitulado “Pensamento (teoria) social e político latino-americano e caribenho” constitui uma contribuição para a identidade regional e formação acadêmica brasileiras. O livro bastante didático e sintético apresenta um percurso pelo conhecimento social e político latino-americano e caribenho, comumente negligenciado pelas instituições de ensino do país.

A autora percorre um extenso legado de escolas e correntes de pensamento que se destaca tanto pela sua longevidade quanto pelo volume e qualidade da reflexão crítica que se vincula à realidade da região. Afinal são mais de 100 anos de um pensar crítico e autônomo². A partir dos dois personagens clássicos, Calibã (de Shakespeare) e Ariel (de Rodó), o livro ressalta na introdução o projeto da autora: valorizar o lugar de fala como um movimento que toma o ponto de enunciação híbrido, transcultural e mestiço e retirar-se de um “lugar ocupado, por força da dominação, por aqueles que se apossaram das tradições de fala em uma sociedade estratificada” (PINTO, 2020, p.14). Assim, em vez do exótico canibal usado pelos europeístas para representar a região, elege-se um símbolo para construção da própria identidade, aquela escolhida e assumida por nós, latino-americanos.

Com parte de um Sul global marcado por distintos tipos de colonização, ao repensar o mundo surge a possibilidade de ‘fabricar’ uma nova realidade³ e resistir epistemologicamente à geopolítica do poder, do saber e do ser como sugere o ‘giro decolonial’. Assim, entre teorias pós-coloniais e decoloniais, o pensamento latino-americano destaca-se por assumir que não há modernidade sem colonialidade. Diferentemente do pós-colonial e sua raiz asiática, o decolonial radicaliza a crítica colonial ao assumir a tradição crítica, oferece releituras histórica e problematiza velhas e novas questões do continente latino-americano (BALLESTRÍN, 2013).

A temática central do livro aborda a controvérsia existente no meio acadêmico sobre a existência de uma teoria social e política latino-americana⁴. A autora mostra que os intelectuais da região ao refletir em contextos socioeconômicos e políticos outros que não os europeus propuseram e valorizaram problemáticas fundamentais até então marginais na moderna episteme europeia. A institucionalização das Ciências Sociais como saber científico destinou à marginalidade teorias e produções intelectuais não europeias. E, por isso, as estruturas sociais, políticas e culturais não europeias deveriam ser pensados a partir das categorias de entendimento ocidentais provenientes da produção teórica europeia.

¹ Pesquisadora e profissional da área da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, notadamente a Cooperação Sul-Sul com experiência em gestão de projetos, políticas públicas, desenvolvimento social e sustentável, cooperação técnica, monitoramento e avaliação. Os campos de pesquisa incluem a teoria decolonial, epistemologias do Sul, política externa, geopolítica, feminismo, teoria da estruturação, teoria crítica. Entre as experiências profissionais estão o governo brasileiro (Ministério da Saúde), o sistema-ONU do Brasil (UNÓDC) e as pesquisas aplicadas (Articulação Sul). Os títulos acadêmicos recebidos: doutora em ciências sociais - Estudos Comparados sobre as Américas ELA/Universidade de Brasília (2021); mestre em desenvolvimento, sociedade e cooperação internacional (interdisciplinar) - CEAM/Universidade de Brasília (2014); especialista em desenvolvimento sustentável - CDS/Universidade de Brasília (2009) e bacharel em Relações Internacionais - Universidade Católica de Brasília (2005). Contato: marinabolfarinecaixeta@gmail.com.

² Tomemos como referência o ano de 1900, quando o autor uruguaio José Rodó em 2003 publicou um pequeno ensaio chamado Ariel que teve grande repercussão ao evocar o espírito latino-americano.

³ Para Robert Cox (2000 [1992]) o *homo faber* e *homo sapiens* se complementam, para que toda produção de conhecimento esteja comprometida com a solução de problemas (*problem-solving theory*) ou busque ‘ver de fora do sistema’ a possibilidade de escolher perspectivas diferentes em prol de outras realidades (*critical theory*).

⁴ O livro explica que os processos de institucionalização das Ciências Sociais positivistas, e a criação do aparato burocrático do Estados-nações como as instituições de ensino superior desqualificou qualquer forma de pensamento não-europeu, marginalizou a produção intelectual de autores não europeu e excluiu as teorias sociais de autores latino-americano, denominando-os de ‘pensamento social’, rótulo fortemente arraigado nas Ciências Sociais e nas instituições de ensino superior.

Os capítulos reúnem por temas os principais debates, a saber: o primeiro capítulo aborda a vocação crítica da América Latina, incluindo a literatura como pensamento crítico; o capítulo dois trata do nacionalismo e anti-imperialismo; o capítulo três, de raça e racismo, destacando a contribuição de autores caribenhos; o capítulo quatro aborda o marxismo e seus desdobramentos na região; e, por fim, o capítulo cinco apresenta o giro decolonial que introduz as propostas descolonizadoras do pensamento (ou seria teoria?) latino-americano. Na conclusão, a autora reconhece que, a despeito do avanço dessa trajetória crítica de autores, debates e conceitos da região, ainda há uma notável ausência de pensamentos indígenas entre as correntes latino-americanas.

O nacionalismo e o anti-imperialismo nas Américas reúne debates importantes que caracterizam esse pensamento latino-americano e caribenho. Bartolomeu de las Casas, no início do século XVI, formula o primeiro antidiscurso hegemônico, ao entrar em defesa das populações nativas suscitou importante produção filosófica na região. Toussaint de L'Ouverture, durante a Revolução Haitiana nos primórdios do século XIX, se envolve com a luta independentista, que fez surgir a primeira república independente da região, e proclama a república negra autoidentificada, fato ainda desconhecido ou ignorado pelos estudos historiográficos e políticos sobre as grandes revoluções da humanidade – este é o caso da obra do historiador inglês marxista Eric Hobsbawm sobre a Era das Revoluções cuja omissão marca sua posição eurocêntrica⁵. Também Emiliano Zapata e Pancho Villa, líderes indígenas contribuem com um nacionalismo revolucionário do início do século XX e inovam ao introduzir a questão da terra entre os ideias e lutas que compõem a Revolução Mexicana (1910-1920) - Francisco Villa no Norte e Emiliano Zapata, no sudeste do México. A revolução e pensamento por ela produzido revelam sua importância um século mais tarde ao seguir repercutindo na resistência indígena, um dos movimentos sociais mais originais, antigos e anti-hegemônicos da região: o zapatismo⁶.

Por fim, José Martí, no seu célebre ensaio “Nuestra América” (1891), faz um chamado à resistência epistemológica e empírica da América Latina e Caribe no marco do expansionismo norte-americano pelo continente; em torno do nacionalismo e anti-imperialismo desde Cuba, o autor inspira as lutas independentistas de Bolívar (Grã-Colômbia), San Martín (Argentina) e Sucre (Perú), além dos revolucionários socialistas Che Guevara e Fidel Castro. “Diferentemente de outros independentistas cubanos, Martí pregava não só a emancipação da Colômbia, mas também a libertação da presença econômica norte-americana como nova força imperialista. Sua visão era de longo alcance.” (PINTO, 2020, p.59).

Certamente, uma das áreas de estudos para a qual a América Latina e, especialmente o Caribe, contribuíram de forma significativa é o pensamento ou a teorização sobre raça e racismo. O nascimento do orgulho negro nas Américas, o conceito de negritude, proveniente da Martinica e, também, de crioulação, criouldade e antilhanismo mostram o grande amadurecimento teórico resultante da sensibilidade de pensadores imersos em sociedades que pareciam (e ainda parecem!) de profundas desigualdades geradas pela escravidão no âmbito do sistema colonial capitalista. Para citar apenas alguns nomes, o livro apresenta resumidamente a vida e obra de Marcus Garvey, Walter Rodney, Anténor Firmin, Jean Price-Mars, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Kamau Brathwait, Edouard Glissant, Fernando Ortiz, e a tríade Jean Bernabé, Patrick Chamoiseau e Raphaël Confiant. Posteriormente, na década de 1990, Quijano (2000) dirá que raça é uma categoria mental criada pela modernidade, para justificar a dominação colonial e o empreendimento moderno europeu capitalista⁷.

5 Ferrer (2012) remarca tal ausência na história, o que já foi apontado pelo antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot (2002) em “An Unthinkable History: The Haitian Revolution as a Non-Event”, em obras clássicas da historiografia como Eric Hobsbawm, Jacques Godechot e, mesmo, em dicionários históricos da Revolução Francesa, que apenas mencionam a revolução dos escravos em Saint-Domingue.

6 O Zapatismo é inspirado na luta de Emiliano Zapata que desencadeou a Revolução Mexicana de 1910, mas se consolidam em 1994 na luta contra o NAFTA; o projeto zapatista dá uma inestimável contribuição para o comum, um princípio político relevante para a revolução social do século XXI (CAIXETA, 2020) ao defender a gestão autônoma e democrática do território, a participação direta da população nos assuntos políticos, o uso comum da terra e distribuição justa da colheita.

7 A discussão que propõe sobre a colonialidade do poder é um dos pilares do giro decolonial; entre as reflexões do autor, encontram-se o debate com Immanuel Wallerstein sobre o conceito de americanidade (*americanity*); a discussão sobre raça como categoria mental

Talvez uma das mais famosas e finas interpretações sobre raça e racismo é de Frantz Fanon, autor martinicano que trata do embranquecimento cultural como forma de ascensão social. Manifestado de forma muito sutil socialmente, o racismo aparece como mecanismo inconsciente perpetrado no seio da colonialidade. O autor sinaliza que é preciso considerar os “efeitos psíquicos e sociais do complexo de inferioridade do negro e de superioridade do branco, que geram uma autoimagem distorcida e, conseqüentemente, formas conflitivas de identidade.” (PINTO, 2020, p. 83). Certamente que a obra do autor não se esgota nas suas contribuições para o debate de raça e racismo, cabe ressaltar sua discussão sobre os condenados da terra, que aponta para a hipocrisia do humanismo liberal que violenta o sujeito colonizado, além de sua participação nas lutas independentistas na África⁸.

O marxismo, por sua vez, teve uma das suas elaborações mais autênticas e geniais na América Latina com José Carlos Mariátegui, na década de 1920 no Peru. O autor tratou de adaptar o marxismo à realidade da região, utilizando-o como método de análise e fazendo convergir a tradição revolucionária inaugurada por Marx com os modos de vida e cosmovisões indígenas da América Indígena⁹. Com isso, posiciona a região nos debates políticos e acadêmicos do mundo, contribuindo para, em vez de caracterizar o particularismo regional como algo exótico, não aceitar o dogmatismo universalizante do marxismo europeu. Ao enunciar o ‘comunismo incaico’, o povo indígena seria protagonista da revolução socialista, partindo de suas próprias condições e saberes para construir o sistema econômico-social idealizado. Com base nisso, o autor introduz novos elementos ao marxismo como as relações produtivas comunitárias, a propriedade coletiva e dignidade humana na consciência socialista, resgatando dos *ayllu* a forma solidária de trabalhar e relacionar-se com a terra e com os outros. Para Mariátegui, “O conceito de luta de classe, em sua conotação clássica, precisava ser reinterpretado à luz da realidade local” (PINTO, 2020, p.96).

Após a crise de 1929 e dos programas de ajuda internacional que marcaram o período posterior à II Guerra Mundial, a América Latina se dedicou às questões do desenvolvimento e da modernização. Doutrina Truman e Aliança para o Progresso fazem parte desse contexto da década de 1940-50 em que diferentes autores interpretam a realidade presente da região quanto ao desenvolvimentismo e à dependência. Hospedada na CEPAL, a teoria do desenvolvimento tem como ponto de partida a ideia de que a economia mundial é uma só e nela estão presentes um centro e uma periferia, que se articulam de forma complementar e assimétrica. As teorias da dependência, por sua vez, desmembram-se em pelo menos três linhas interpretativas, a saber: a de André Gunder Frank que trata da associação entre dependência e dominação colonial – daí a clássica expressão “desenvolvimento do subdesenvolvimento”; a de Ruy Mauro Marini, um enfoque marxista que ressalta a superexploração do trabalho e o subimperialismo, a estreita conexão entre subdesenvolvimento da periferia e a dependência dos países centrais; e a de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, que investiga a partir da sociologia as condições de dependência do continente provocadas pela integração social das classes – as raízes histórico-estruturais da modernização¹⁰.

da modernidade na obra organizada por Lander (2000) que pretende superar o eurocentrismo nas Ciências Sociais resultado do Grupo Modernidade/Colonialidade; a reflexão da classificação social que habilita a colonialidade em Santos e Menezes (2010) sobre as Epistemologias do Sul e, recentemente, sua obra foi reunida na antologia essencial editada pela CLACSO “Aníbal Quijano: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder” (2020).

8 No Brasil, Faustino (2020) mostra a diversidade de abordagens a respeito da obra do autor cuja recepção pode ser explicada por meio de três grandes blocos temáticos e temporais: a autenticidade nacional (1960-70) pela esquerda católica que problematizam o imperialismo e a identidade nacional; a autenticidade negra (1970) pelos intelectuais do movimento negro “O que diferencia os blocos – ambos apoiados em *Les damnés de la terre* [1961] – o primeiro pensará a colonização/descolonização em termos de classe, enquanto o segundo em termos de raça” (p.306); e o crescente interesse por Fanon, a partir de 2000, pela sua influência nos estudos culturais e pós-coloniais britânicos e por *Peau noire, masques blancs* [1952].

9 Rubbo (2018) e Rubbo e Adoue (2020) tratam de delinear sociologicamente a difusão e as apropriações das ideias mariáteguianas no conjunto da história intelectual das ciências sociais e do marxismo no continente.

10 Segundo Svampa (2016), o desenvolvimento e a dependência constituem-se nos dois dos quatro debates latino-americanos – indianismo, desenvolvimento, dependência e populismo – que “contam com uma longa e rica história da região, instalados na fronteira porosa entre o campo intelectual e o campo político” (p.20). Tais debates no atual contexto político latino-americano, mostram o avanço das lutas indígenas, o lugar dos povos originários e da matriz comunitária no processo de construção da nação, a atualização do

Nas décadas seguintes (1960-70), a *praxis* da libertação enfatiza a relação entre prática política e produção teórica. Assim, a célebre Filosofia da Libertação surge marcada pela Teologia da Libertação, um reconhecimento da Igreja Católica de que era preciso apoiar os marginalizados e explorados, e pela Pedagogia do Oprimido, em que Paulo Freire defende que a educação viria pela conscientização política dos povos. Também, a filosofia na América Latina e Caribe assume contornos políticos bastante evidentes nas discussões sobre o ‘outro’ e o ‘povo’ ao assumir a perspectiva de fora do sistema como potente crítica à modernidade¹¹. A ética da libertação viria, em seguida, para defender a perspectiva dos povos oprimidos na transformação social que transcende as teorizações próprias dos campos filosóficos e teológicos, numa abordagem eminente da região que ganha contornos importantes em outras partes do mundo periférico.

Por fim, numa última corrente de pensamento identificada pela autora, o Grupo Modernidade/Colonialidade possui raízes múltiplas¹². A ‘descoberta’ da América representou, na verdade, o ‘encobrimento’ do outro, como estratégia da conquista europeia. Há dois aspectos sobre o binômio ‘Modernidade/Colonialidade’ que são interpelados pelo pensamento decolonial, aquele que evidencia o projeto emancipador da Modernidade que busca a inclusão da alteridade negada (o outro), que estava encoberto e aquele que denuncia o mito da Modernidade, cujo discurso ideológico-histórico encobriu os genocídio e epistemicídio contra o indígena nativo e permitiu a autoafirmação da superioridade europeia e sua hegemonia em relação aos demais povos – eis a colonialidade como a face oculta da modernidade, descrita por Mignolo (2017).

Acreditamos que a importância desta obra não está tanto em sua dimensão física, que indica sua habilidade de apresentar de forma sistematizada e sintética a contribuição da região para a Ciência - nas 150 páginas -, mas sobretudo em sua dimensão simbólica, que evidencia sua contribuição para a formação de uma identidade latino-americana e caribenha por meio da apropriação intelectual do percurso histórico daqueles que buscaram transformar o espaço social e político da região. O livro pretende preencher algumas lacunas no contexto brasileiro: a ignorância da educação formal quanto às elaborações intelectuais latino-americanas e caribenhas, e mesmo brasileira, e a impossibilidade de se contar com uma consciência cidadã e atuação profissional advindas da conscientização política.

Este livro contribui para o *ethos* latino-americano ao reconhecer a urgência de priorizarmos autores, conceitos e obras que se valeram de perspectivas locais para interpretar a realidade vivida pelos povos da região. Notadamente no âmbito das instituições de ensino, em cursos de graduação e pós-graduação nas ciências humanas é preciso conhecer e reconhecer esse legado para fazer avançar um conhecimento *da* e *para* a América Latina. Como sugere a autora do livro, temos um lugar de fala privilegiado pelo fato de sermos latino-americanos, no entanto, é preciso ir além do conhecimento, e praticar a autovalorização, pois “nunca ocorreu a um grego perguntar-se pela existência de uma filosofia grega, assim como a nenhum francês, inglês ou alemão... simplesmente pensavam e o seu pensamento já nascia com o selo de legitimidade e universalidade.” (ZEA, 2005 *apud* PINTO, 2020, p. 12). Trata-se de buscar um *ethos* e seu respectivo *locus* de enunciação, tão importantes para a emancipação dos povos e países da região no sistema-mundo¹³.

populismo em diferentes regimes latino-americano, o sentido e a interpretação dele no bojo da acumulação histórica e o retorno de um conceito-limite do pensamento, o desenvolvimento, através da expansão de diferentes formas de extrativismo e atualização da ‘ilusão desenvolvimentista’.

11 Ao sugerir uma filosofia além da academia, o filósofo cubano Félix Valdéz García apresenta uma proposta de filosofia NO Caribe por meio da ‘indisciplina de Caliban’ (CAIXETA, 2018).

12 Para uma genealogia completa sobre o Grupo, sugerimos Ballestrin (2021), que argumenta que o pós-colonialismo assume três vertentes: o pós-colonialismo anti-colonial (dos processos de descolonização e libertação dos países nos anos 1950-60); o pós-colonialismo canônico (acadêmico-científica dos estudos literários e culturais, nos anos 1980) e do pós-colonialismo decolonial (da América Latina que questiona a modernidade pela colonialidade).

13 Em um recente livro, Dussel (2018) defende o conhecimento sobre nossa essência por meio do estudo da América Latina na História Universal. “*La Historia ‘conciencializada’ – hecha presente de manera efectiva en una conciencia -, dentro de los cauces de la periodificación. El primer límite del horizonte de la Historia de un Pueblo es, evidentemente, el punto de partida, o el origen de todos los acontecimientos o circunstancias de donde, en la visión de la que estudia la historia, debe partirse para comprender lo que vendrá*”.

Corroborado por Svampa (2016), seria possível reconhecer uma ‘teoria social latino-americana’ que se manifesta nos principais debates que a região foi capaz de desenvolver, apropriando-se dos conceitos europeus para explicar seus limites explicativos diante da realidade heterogênea vivida pela região, dando-lhes novos contornos e ampliando sua validade científica. Especialmente para os estudiosos do campo internacional, o reconhecimento de uma teoria social latino-americana permite compreender os fenômenos comuns do sistema-mundo à luz de um contexto específico; mais ainda, resistir à geopolítica do conhecimento para que outras epistemologias logrem pluralizar, descentralizar e descolonizar o conhecimento hegemônico para, então, responder àqueles que dizem que a região latino-americana pouco inovou, por não saber valorizar sua singularidade e ter coragem de ser autêntica¹⁴.

Referências

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o Giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, N. 11, p. 90-117, maio-ago 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>. Acesso em: 20 maio 2021.

BALLESTRIN, Luciana. Para uma abordagem feminista e pós-colonial das relações internacionais no Brasil. In: TOLEDO, Áureo. (org.) *Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais*. Salvador: EDUFBA, 2021. Cap. 7. p.179-204

CAIXETA, Marina. Repensando o comum como princípio político. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*. Vol. 14, n.2, p. 373-379, 2020 Disponível em: <https://doi.org/10.21057/10.21057/repamv14n2.2020.28711> Acesso em: 20 maio 2021.

CAIXETA, Marina. Por uma filosofia latino-americana e caribenha. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*. Vol. 12, n.2, p. 357-361, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16021> Acesso em: 20 maio 2021.

COX, Robert. Rumo a uma conceituação pós-hegemônica da ordem mundial: reflexões sobre a relevância de Ibn Kaldun. In: Rosenau, James; Czempiel, E *Governança sem Governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília: Ed. UnB, 2000 [1992]. Cap. 5, p.183-218.

DUSSEL, Enrique. *Hipótesis para el Estudio de Latinoamérica en la Historia Universal*. Buenos Aires: Ed. Las Cuarenta, 2018.

FAUSTINO, Deivison. Revisitando a recepção de Frantz Fanon: o ativismo negro brasileiro e os diálogos transnacionais em torno da negritude. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 109, 2020. pp. 303-331

FERRER, Ada. A sociedade escravista cubana e a Revolução Haitiana. *Almanack*. Guarulhos, n.03, p.37-53, 2012

LANDER, Edgardo. *La colonialidad del Saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* vol.32, n. 94, junho de 2017.

QUIJANO, Aníbal. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad 'después'.*” (p. 18)

14 Tickner (2008) afirma que a primazia do conhecimento prático suscetível em ser traduzido para fórmulas políticas e a escassez de pesquisas teóricas nas Relações Internacionais derivam da condição do alto envolvimento do campo acadêmico com o político. “A somewhat troubling discovery suggested by this discussion is that IR, as it is professed in non-core settings such as Latin America, offers relatively little of the kinds of alternative knowledge that critical scholarship so eagerly seeks. Explaining why this might be the case and staking a claim, in spite of it, to the importance of further inquiries into the evolution of IR thinking throughout the world constitutes an enterprise that is sorely needed.” (p.745)

del poder [antología esencial]. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

RUBBO, Deni. *Laberinto Periférico: José Carlos Mariátegui e a sociologia crítica latino-americana*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo, 2018.

RUBBO, Deni; ADOUE, Silvia. (orgs.) *Espectros de Mariátegui na América Latina*. Marília: Ed.UNESP, 2020. *Ebook ISBN 978-65-86620-32-0*

SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: CES e Almedina S.A., 2010 2 ed.

SVAMAP, Maristella. *Debates Latinoamericanos: indianismo, desarrollo, dependencia y populismo*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Edhasa, 2016.

TICKNER, Arlene. Latin American IR and the primacy of *lo práctico*. *International Studies Review*, n. 10, 2008 pp. 735–748 DOI: 10.1111/j.1468-2486.2008.00829.x